

Exposição – As escolas de São Carlos na Primeira República (1889-1930)

Divisão de Pesquisa e Divulgação - Fundação Pró-Memória de São Carlos

1 A República e a Educação

A Proclamação da República ampliou significativamente as discussões em torno da educação popular. Por um lado, o sistema republicano de governo prescindia da instrução devido à maior participação popular nas decisões políticas, basicamente através do voto, em particular porque, desde o Império, a Lei Saraiva de 1881 já proibia o voto dos analfabetos – isso só mudaria mais de cem anos depois, com a Emenda Constitucional de 1985, que tornou facultativo o voto dos analfabetos.

Por outro lado, a instrução era tida como um dos caminhos abertos ao projeto civilizatório que perpassou o país a partir do século XIX. Esse projeto pretendia uma revolução cultural por meio da reorganização e racionalização das instituições básicas, como as escolas, onde os novos cidadãos de uma nação civilizada dentro dos padrões europeus deviam ser formados.

Há, a partir de então, uma valorização da instrução pública, a qual, em conjunto com o aumento populacional promovido pela imigração, impulsionou a criação de diferentes estratégias, leis e projetos, nem sempre com muito sucesso, de ampliação das escolas em todo o país.

Até a década de 1930, muitas discussões e projetos foram tentados e implementados, inclusive em São Carlos. A presente exposição, assim, traz um pouco dessa história e o registro do desenvolvimento da educação na cidade nos primeiros anos da República.

2 O Grupo Escolar no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo foi o primeiro a implantar o modelo de Grupo Escolar na sua educação em 1893. Os grupos escolares representavam uma inovação no

ensino: organização administrativa e pedagógica que trouxe mudanças profundas na didática, várias salas de aula e vários professores, além de uma nova distribuição espacial dos edifícios. A experiência paulista com as Escolas-modelo que funcionavam nas Escolas Normais contribuiu para a implementação dos grupos.

Os espaços e as disciplinas eram diferenciados entre meninos e meninas. Quanto às disciplinas, além daquelas que faziam parte do programa pedagógico, as meninas tinham Prendas Domésticas, em que aprendiam costura, bordado e culinária. Já na Educação Física, as aulas aconteciam conforme o sexo, ou seja, havia atividades físicas diferenciadas para meninos e meninas.

Para atender às escolas unidas no grupo escolar, edifícios específicos foram construídos em lugares de destaque no cenário urbano, de modo que sua arquitetura exaltasse a República. Os grupos escolares apresentavam um padrão arquitetônico definido, criado por arquitetos famosos como Ramos de Azevedo, Victor Dubugras e José Van Humbeeck. Foram construídos a partir de uma planta padrão, com fachadas diferentes, mas com as mesmas características, como número de janelas e detalhes do telhado.

Além da imponência dos prédios, seus espaços foram criados para atingir às exigências da mais moderna pedagogia, como museus, laboratórios, auditórios, bibliotecas e classes. O ato de ensinar ficou restrito às mulheres por conta do lado maternal atribuído a elas. No entanto, o cargo de diretor, ou seja, a maior autoridade da escola, pertencia aos homens.

3 Reforma Paulista de 1920

Anteriormente à Reforma, o ensino paulista estava dividido em três tipos de escolas. Estas possuíam modelos pedagógicos distintos, conforme podemos perceber no quadro:

Escolas Isoladas	Escolas Reunidas	Grupos escolares
Sala única com professor ensinando para diferentes	Agrupamento de escolas de múltiplas séries.	Salas distintas e professores específicos

séries ao mesmo tempo.		para cada uma delas.
------------------------	--	----------------------

A preocupação era expandir e qualificar os sistemas educacionais. Contudo, o momento político também interferiu na reforma. Estratégico, o Estado de São Paulo ocupava importante posição política e, conseqüentemente, aumentar seu colégio eleitoral era de suma importância, uma vez que implicaria o aumento do número de votos. Além disso, havia a preocupação com a unidade nacional diante do grande número de imigrantes. Vindos para trabalhar nas lavouras de café, muitos deles se estabeleceram posteriormente nas cidades. A presença dos imigrantes poderia ameaçar a unidade nacional, pois o fortalecimento de uma cultura estrangeira poderia “fragmentar” o país e, nesse sentido, o ideal seria alfabetizar o povo para se evitar o desaparecimento da cultura nacional pela cultura imigrante.

(...) a alfabetização do povo é, na paz, a questão nacional por excelência. Só pela solução dela o Brasil poderá assimilar o estrangeiro que aqui se instala em busca de fortuna esquiua. Do contrário, é o nacional que desaparecerá absorvido pela inteligência mais culta dos imigrantes.

Sampaio Dória, 1923

Sampaio Dória era professor e foi escolhido por Washington Luís como diretor geral da Instrução Pública do Estado. Dória via o analfabetismo como um fato incompatível com a civilização e, para resolver tal questão, implementou a reforma na educação, que tinha como intenção inserir nas escolas as crianças que ainda não a frequentavam. A solução encontrada foi a rápida ampliação do número de vagas e a uniformização do ensino com a redução de quatro para dois anos, transformação dos terceiros e quarto anos em classes de curso médio, além da mudança da idade obrigatória para 9 e 10 anos. A partir dessas mudanças, as crianças com idade entre 7 e 8 anos ficariam fora da sala de aula. A redução para dois anos de ensino e a mudança da idade de frequência escolar foram as principais críticas à reforma de 1920.

Além disso, a reforma Sampaio Dória também sofreu muitas críticas por ter reduzido o ensino obrigatório para dois anos. Em 1920, a escola não atingia mais de 28 % da população em idade escolar. Uma das causas seria o grande crescimento da população, que era superior ao aumento das vagas nas escolas.

A reforma vigorou entre os anos de 1921 e 1925 e, apesar dos resultados não terem sido tão concretos, serviu de modelo para reformadores de outros estados. O Decreto 3.858 de 1925, por sua vez, regulamentou uma nova reforma, que trouxe de volta o ensino primário de quatro anos nos grupos escolares e de três anos nas escolas reunidas e isoladas.

4 A Educação em São Carlos

Inserida no Estado de São Paulo, a cidade de São Carlos também sofreu mudanças na educação. A imigração e as riquezas advindas do cultivo do café trouxeram o desenvolvimento urbano e o crescimento da população. Nesse sentido, a educação passa a ser vista como um fator de mobilidade social, ou seja, aqueles que estudassem poderiam ter uma melhor colocação na sociedade. Do ponto de vista do governo estadual, ampliar o número de alunos nas escolas significava o aumento de eleitores por conta da alfabetização e do direito ao voto.

De acordo com o **Almanach de São Carlos de 1928**, que traz importantes apontamentos sobre a educação na cidade no final do século XIX e início do XX, a primeira cadeira de letras para o sexo masculino foi fundada em São Carlos em 1858, quando foi elevada à categoria de freguesia. A cadeira para o sexo feminino surgiria em 1862 e os estabelecimentos particulares, como o Collegio Abreu e o Collegio São José, em 1887 e 1889 respectivamente. Havia ainda as escolas isoladas, que representavam até 1905 apenas oito instituições.

Seguindo as implantações dos grupos escolares, o primeiro da cidade foi criado ainda em 1905, sendo denominado grupo Escolar “Coronel Paulino Carlos” no ano seguinte. A escolha do nome do Coronel como patrono da escola foi motivada principalmente por seu envolvimento nos debates sobre a unificação do ensino

público. Como constituinte da República e deputado federal, Paulino Carlos participou da promulgação da Lei 169 (7 de agosto de 1893), que instituiu a reunião das escolas públicas. O segundo grupo escolar só seria criado em 1919, após o recenseamento apontar elevado número de crianças fora da escola.

Cabe destacar, ainda, a criação da Escola Secundária Normal, por meio do decreto nº 1998 de Fevereiro de 1911. A Escola Normal tinha como propósito formar professores para a educação primária, a partir de ensino gratuito e voltado para homens e mulheres. Para tanto, a Escola Normal compreendia dois cursos: o de ciências e letras e o de artes. A formação dos professores compreendia também a função de transmitir às crianças bons valores e costumes. O exercício dessa profissão representava, nesse momento, um papel elitizado perante a sociedade.

5 Linha do Tempo/ Cronologia

1887 – Collegio Abreu

1889 - Collegio São José

1889 – Collegio Progresso de Dona Ana Malesgewka

1896 – Escola de Anastacio Lopes Torres

Sociedade Espanhola

1899 - Collegio Azevedo

1902 – Dante Alighieri

Ginásio Santos

1905 – Grupo Escolar Paulino Carlos

Colégio São Carlos

Externato Brunhild

1907 - Instituto de Amadeu Amaral

1911 – Escola Normal

Colégio Nóbrega

1912 – Instituto Pestalozzi

1913 - Instituto Dom Pedro II

1915 – Gymnasio Sancarlense, do doutor Frederico Spicacci

Liceu Sancarlense

1919 – Gymnasio Sancarlense, do doutor Audiberti

1919 - Segundo Grupo Escolar

1923 – Gymnasio Municipal

1924 - Externato Lyceu Paulista

Externato Ruy Barbosa

1928 - Escola da Professora Jacy de Oliveira Penteadó

Escola Mixta, Vila Prado

Escola do Comércio

6 Grupo Escolar Coronel Paulino Carlos

O Grupo Escolar Coronel Paulino Carlos foi o primeiro do gênero em São Carlos, criado pelo decreto de 20 de novembro de 1904. A sua instalação, portanto, deu-se em 1º de abril de 1905. Logo após criado o grupo, foram ao mesmo anexadas escolas isoladas. Isso fez com que o grupo fosse o centro do movimento escolar da cidade. O edifício do grupo escolar foi construído sob a fiscalização do engenheiro Euclides da Cunha.

Em 1906, o grupo recebeu a denominação de “Coronel Paulino Carlos”, em homenagem ao coronel Paulino Carlos de Arruda Botelho, então deputado federal e chefe político local.

Em abril de 1905, com a matrícula de 90 alunos, inaugurou-se o colégio, que atendia, da 1ª a 4ª série, apenas alunos do sexo masculino que residiam na zona urbana da cidade e tinham entre seis e treze anos. Entre essas crianças, 30 eram de nacionalidade italiana ou descendentes de primeira geração. No referido ano, o quadro docente era assim composto:

- Diretor Annibal Francisco Caldas

- Francisco Marques de Carvalho

- Eulálio de Arruda Mello

- Gustavo Dias Assumpção
- Martha Eugenia Botelho
- Ercilia Cilana de Arruda
- Maria Thereza de Campos
- Antonietta Ferraz

Em 1910, a escola passa a funcionar em dois períodos para atender à demanda. No entanto, devido à Lei 1.750, que implantou a Reforma em 1920, muitas mudanças acontecem no grupo escolar Paulino Carlos, como a inexistência das terceiras e quartas séries e das turmas de meninas, o que trouxe, conseqüentemente, a redução no número de classes. Além disso, a idade escolar mudou de sete a doze anos para nove a treze anos. Isso ocorreu porque a reforma tornou obrigatória e gratuita a frequência apenas nas duas primeiras séries iniciais, fato que só mudaria em 1925 com o Decreto 3.858.

7 O segundo Grupo Escola de São Carlos

O edifício que abriga a Escola Estadual Eugênio Franco foi concebido em 1906 para abrigar uma escola complementar a ser instalada na cidade. Estas funcionavam como formadoras de professores para o ensino de primeiras letras. As obras foram concluídas em 1909, porém, o projeto de instalação da escola nunca se efetivou e, a partir de 1911, o prédio foi cedido para abrigar a Escola Normal de São Carlos.

Em 1916, quando a Escola Normal foi transferida para prédio próprio, na Avenida São Carlos, o edifício passou a abrigar a escola modelo anexa à Normal, servindo de espaço de prática para professores em formação.

Por decreto de 1919, o prédio tornou-se o Segundo Grupo Escolar de São Carlos, devido à demanda cada vez maior da população da cidade, em pleno desenvolvimento urbano.

Anos depois, a escola passou a denominar-se Escola Estadual Eugênio Franco, em homenagem ao político são-carlense, prefeito no período de 1920 a 1923, por seu

contributo à sociedade.

Referências bibliográficas

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Memória e cultura escola: a imagem fotográfica no estudo dos grupos escolares de Curitiba (1903- 1971).**

CARDOSO, Maria Angélica. Escolas isoladas paulistas: um modelo desajustado? **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n.27, jul/dez. 2013, p.201-233.

CAVALIERE, Ana Maria. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 27-44, jan/jun, 2003.

FRAGELLI, Márcia Cristina. **Grupo Escolar “Paulino Carlos”:** sociedade e educação em São Carlos (1857-1930). São Carlos: UFSCar, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luiza. História da escola em São Paulo e no Brasil. **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.14, n.24, p. 103-112, jun/dez, 2005.

SANTOS, Alessandra de Souza. **Arquitetura dos Grupos Escolares Paulista:** o grupo escolar coronel Flamínio Ferreira de Camargo- Limeira-SP.

STEPHANOU, M. BASTOS, M. **História e memórias da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.